

Cristalândia II Eólica S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Cristalândia II Eólica S.A.

Curitiba – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cristalândia II Eólica S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cristalândia II Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-PR



Almir Eduardo Bertoncelo

Contador CRC PR-052082/O

Cristalândia II Eólica S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	229.658	32.685
Contas a receber de clientes	8	8.032	7.080
Despesas antecipadas		187	186
Adiantamentos a fornecedores		1.063	1.050
Tributos e contribuições a compensar		5	5
Outros ativos		475	461
Total do ativo circulante		239.419	41.466
Tributos e contribuições a compensar		1.217	1.217
Depósitos judiciais		124	124
Imobilizado	10	357.246	375.170
Intangível	11	3.231	3.359
Ativo de direito de uso	12	5.175	5.434
Total do ativo não circulante		366.994	385.304
Total do ativo		606.413	426.770

	Nota	2023	2022
Passivo			
Fornecedores		2.280	3.628
Provisões	13	2.217	2.562
Obrigações sociais e trabalhistas		222	152
Obrigações fiscais		835	766
Imposto de renda e contribuição social a pagar		2.613	671
Contas a pagar à partes relacionadas	9	332	200
Passivo de arrendamento mercantil	12	105	105
Dividendos a pagar	9	8.056	6.225
Total do passivo circulante		16.660	14.309
Provisões	13	1.693	1.678
Passivo de arrendamento mercantil	12	5.891	6.005
Provisão para contingências		2	2
Tributos diferidos		447	441
Total do passivo não circulante		8.033	8.125
Capital social		547.808	377.612
Reserva legal		9.745	8.049
Reserva de lucros		24.168	18.675
Total do patrimônio líquido	14	581.721	404.336
Total do passivo e patrimônio líquido		606.413	426.770

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cristalândia II Eólica S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	15	63.529	61.690
Custo da geração de energia	16	<u>(35.934)</u>	<u>(32.632)</u>
Lucro bruto		<u>27.595</u>	<u>29.058</u>
Despesas gerais e administrativas	16	(1.298)	(1.093)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	<u>(116)</u>	<u>(66)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		26.181	27.900
Receitas financeiras	17	15.614	1.492
Despesas financeiras	17	<u>(546)</u>	<u>(560)</u>
Receitas financeiras líquidas		15.068	932
Resultado antes dos impostos		41.249	28.832
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(7.325)	(2.420)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	<u>(3)</u>	<u>(201)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>33.920</u>	<u>26.211</u>
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0843	0,0932

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cristalândia II Eólica S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	33.920	26.211
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>33.920</u></u>	<u><u>26.211</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cristalândia II Eólica S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		377.612	6.738	38.440	-	422.790
Lucro líquido do exercício		-	-	-	26.211	26.211
Constituição de reserva legal	14.b	-	1.311	-	(1.311)	-
Dividendos	14.c	-	-	(38.440)	(6.225)	(44.665)
Constituição de reserva de lucros	14.c	-	-	18.675	(18.675)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		377.612	8.048	18.675	-	404.336
Integralização de capital	14.a	170.196	-	-	-	170.196
Lucro líquido do exercício		-	-	-	33.920	33.920
Constituição de reserva legal	14.b	-	1.696	-	(1.696)	-
Dividendos	14.c	-	-	(18.675)	(8.056)	(26.731)
Constituição de reserva de lucros	14.c	-	-	24.168	(24.168)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		547.808	9.745	24.168	-	581.721

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cristalândia II Eólica S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		33.920	26.211
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	10	19.302	16.775
Juros de arrendamentos		515	524
Provisão ressarcimento de energia	15	15	(362)
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	7.325	2.420
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	3	201
		<u>61.081</u>	<u>45.769</u>
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(952)	7
Tributos e contribuições a compensar		-	(5)
Despesas antecipadas		(1)	(186)
Adiantamentos a fornecedores		(13)	21
Outros ativos		(14)	(334)
Partes relacionadas		132	109
Fornecedores		(1.348)	1.147
Provisões	13	(346)	-
Obrigações fiscais		(573)	(754)
Obrigações sociais e trabalhistas		71	75
Tributos diferidos		7	441
		<u>58.044</u>	<u>46.290</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais		58.044	46.290
Impostos pagos sobre o lucro		(4.745)	(1.920)
		<u>53.299</u>	<u>44.370</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		53.299	44.370
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	10	(993)	(222)
		<u>(993)</u>	<u>(222)</u>
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(993)	(222)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Arrendamentos		(629)	(629)
Integralização de capital	14.a	170.196	-
Dividendos pagos	14.c	(24.900)	(40.778)
		<u>144.667</u>	<u>(41.407)</u>
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		144.667	(41.407)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		196.973	2.741
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		32.685	29.944
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		229.658	32.685

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Cristalândia II Eólica S.A. (“Cristalândia II” ou Companhia”), com sede na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 29 de abril de 2015 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração específica da Parque Eólico Cristalândia II e III, na cidade de Brumado e Dom Basílio - BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia.

A Cristalândia II foi vencedora do Leilão de Energia LFA 02/2015 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 20 de outubro de 2015 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 01 de setembro de 2017 com a produção anual estimada de 28,2 MWm. A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Companhia	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]
Cristalândia II	60	LFA 2015	VESTAS V110 2.0 MW	493/494	21/10/2015	21/10/2050	28,2	29,1	29,1

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 01 de abril de 2024. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 10** - Imobilizado (*Impairment* do ativo imobilizado);
- **Nota explicativa 13** – Provisão para ressarcimento e desmantelamento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das políticas contábeis materiais

O Grupo aplicou às políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário.

A Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2023, as alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações não resultaram em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si. A seguir apresentaremos um resumo das políticas contábeis materiais.

a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente

A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre – ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 13 – i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes.

A receita líquida inclui, basicamente, a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS, COFINS e Ressarcimento.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras.

c. Impostos

(i) Impostos e contribuições sobre as receitas (“lucro real”)

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes de 1,65% e 7,6% respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(ii) Impostos e contribuições sobre as receitas (“lucro presumido”)

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3% respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(iii) Impostos e contribuições sobre o lucro (“lucro real”)

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(iv) Impostos e contribuições sobre o lucro (“lucro presumido”)

Em 2023 e 2022, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(v) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação, reconhecida no resultado, é calculada para amortizar o custo do ativo imobilizado baseada na vida útil estimada dos itens utilizando o método linear.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Equipamentos de informática	20%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%
Sistema de geração	4%
Sistema de transmissão e conexão	4%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Intangível

Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos pela Companhia relativos à exploração de recurso eólico são capitalizados e mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada pelo método linear ao longo das vidas úteis e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável do ativo.

f. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US\$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação.

A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a CPC 06 (R2) não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos.

g. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Ressarcimento

Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes.

h. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

j. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento

- **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.
- **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

k. Valor recuperável de ativos (“*impairment*”)

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) *Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) *Ativos não financeiros*

A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradora de Caixa - UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

I. *Mudança nas políticas contábeis materiais*

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40);
- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06);
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e bancos	172	846
Aplicações financeiras (i)	<u>229.486</u>	<u>31.839</u>
	<u>229.658</u>	<u>32.685</u>

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa.

- (i) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco Santander, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco Santander foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

8 Contas a receber de clientes

	2023	2022
Contas a receber	<u>8.032</u>	<u>7.080</u>
	<u>8.032</u>	<u>7.080</u>

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2023 e com vencimento em janeiro de 2024.

Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9 Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as companhias do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as companhias e gestão de recursos financeiros.

	2023	2022
Passivo circulante		
CGN Brasil Energia e Participações S.A. (a)	332	200
CGN Brasil Energia e Participações S.A. (b)	8.056	6.225
	8.388	6.425

- (a) Os saldos de contas a pagar à partes relacionadas de curto prazo referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as companhias e a controladora direta.
- (b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a pagar.

As transações entre partes relacionadas, são realizados de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros.

Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante os anos de 2023 e 2022 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE – CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI – China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Imobilizado

(i) Composição do saldo

		2023	2022		
	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Equipamentos de informática	20%	36	(4)	32	
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%	1.340	(193)	1.147	1.007
Sistema de geração	4%	429.162	(93.300)	335.862	352.866
Sistemas de transmissão e conexão	4%	25.589	(5.384)	20.205	21.278
Imobilizado em andamento		-	-	-	18
		456.127	(98.881)	357.246	375.170

(ii) Movimentação do custo

	Movimentação em 2023				
	Saldo em 2022	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2023
Equipamentos de informática	-	16	-	20	36
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.163	177	-	-	1.340
Sistema de geração	428.364	798	-	-	429.162
Sistemas de transmissão e conexão	25.589	-	-	-	25.589
Imobilizado em andamento	18	2	-	(20)	-
	455.134	993	-	-	456.127

	Movimentação em 2022				
	Saldo em 2021	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2022
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.163	-	-	-	1.163
Sistema de geração	428.161	203	-	-	428.364
Sistemas de transmissão e conexão	25.589	-	-	-	25.589
Imobilizado em andamento	-	18	-	-	18
	454.913	221	-	-	455.134

(iii) Movimentação da depreciação

	Movimentação em 2023				
	Saldo em 2022	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2023
Equipamentos de informática	-	(4)	-	-	(4)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(155)	(38)	-	-	(193)
Sistema de geração	(75.498)	(17.801)	-	-	(93.300)
Sistemas de transmissão e conexão	(4.311)	(1.073)	-	-	(5.384)
	(79.965)	(18.916)	-	-	(98.881)

	Movimentação em 2022				
	Saldo em 2021	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2022
Edificações, obras civis e benfeitorias	(116)	(39)	-	-	(155)
Sistema de geração	(60.072)	(15.426)	-	-	(75.498)
Sistemas de transmissão e conexão	(3.388)	(923)	-	-	(4.311)
	(63.576)	(16.388)	-	-	(79.965)

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

A Administração anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados do Complexo Cristalândia, o qual a Companhia faz parte e que representa sua Unidade Geradora de Caixa - UGC. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2023, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados. O fluxo de caixa projetado levou em consideração fatores internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 8,52% a.a. (9,00% a.a. em 2022), elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC).

O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

11 Intangível

Referidos ativos serão amortizados linearmente com base na vida útil remanescente da autorização, bem como estão sujeitos a avaliação da recuperação do valor contábil utilizando o conceito do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos ("CPC 01").

A movimentação do ativo intangível no exercício está demonstrada a seguir:

	2022			2023
	Valor líquido	Adição	Amortização	Valor líquido
Em curso				
Concessão - cessão de direito de uso	3.359	-	(128)	3.231
	3.359	-	(128)	3.231
	2021			2022
	Valor líquido	Adição	Amortização	Valor líquido
Em curso				
Concessão - cessão de direito de uso	3.487	-	(128)	3.359
	3.487	-	(128)	3.359

12 Arrendamentos

Os saldos relacionados aos arrendamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2023 são demonstrados conforme tabelas a seguir:

Direito de uso sobre contratos de arrendamento

	Taxa média anual de amortização	Saldo em 2022	Amortização	Saldo em 2023
Terras e terrenos	9%	5.434	(259)	5.175
		5.434	(259)	5.175

Passivo de arrendamento

	Saldo em 2022	Liquidações	Juros incorridos	Saldo em 2023
Terras e terrenos	6.110	(629)	515	5.996
	6.110	(629)	515	5.996

13 Provisões

(i) Provisão ressarcimento

A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida (“constrained-off”), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS.

Ressarcimento anual à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%.

Ressarcimento Quadrienal à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual.

Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR).

Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida (“constrained-off”) em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de “constrained-off” de usinas eólicas objeto de CCEAR e CER disponibilizado pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é contido como abatimento nos valores de ressarcimento do exercício.

A composição do saldo de provisões é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021		3.439
Reversão		(362)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		3.077
Constituição		15
Baixa		(346)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		2.746
	2023	2022
<i>Passivo</i>		
Provisão para ressarcimento curto prazo	2.217	2.562
Provisão para ressarcimento longo prazo	530	515
	2.746	3.077

(ii) Provisão para desmantelamento

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão.

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Os parques eólicos possuem contratos de arrendamento do terreno com obrigação de retirada dos ativos ao final do prazo contratual, a Companhia efetuou a provisão para desmantelamento, que foi capitalizada como parte do valor do ativo imobilizado, ajustada a valor presente. Ao longo do contrato, a provisão é ajustada a valor presente e atualizada. Os custos capitalizados serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Em 31 de dezembro de 2023, a provisão está estimada em R\$ 1.163 (R\$ 1.163, em 31 de dezembro de 2022).

(iii) Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 547.808 (R\$ 377.612 em 2022) dividido em 402.186.601 ações ordinárias (281.364.506 em 2022), todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

Acionista	2023	2022
CGN Brasil Energia e Participações S.A.	547.808	377.612

Em 30 de junho de 2023, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 170.196, na proporção das respectivas participações acionárias vigentes naquela data.

Controladora e controlador final

O controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. (“Grupo CGN Brasil”) e detém 100% das quotas do capital social.

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	<u>33.920</u>	<u>26.211</u>
Constituição de reserva legal – 5%	1.696	1.311

c. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	33.920	26.211
Apropriação à reserva legal (5%)	<u>(1.696)</u>	<u>(1.311)</u>
	32.224	24.900
Dividendos mínimos obrigatórios (25%) e juros sobre o capital próprio (i)	(8.056)	(6.225)
Distribuição de dividendos com reserva de lucros (i)	<u>(18.675)</u>	<u>(38.440)</u>
Lucros retidos	<u>24.168</u>	<u>18.675</u>

- (i) Em 25 de abril de 2023 e 05 de maio de 2022 houve a deliberação e aprovação em Assembleia Geral Ordinária para a distribuição de dividendos com reserva de lucros anteriores.

d. Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

e. Lucro básico e diluído

Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro diluído. O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.

15 Receita líquida de venda de energia

	2023	2022
Receita bruta de venda de energia	65.951	63.796
Ressarcimento de energia ⁽¹⁾	(15)	362
(-) PIS / COFINS	(2.407)	(2.468)
	63.529	61.690

Vide nota explicativa 13(i).

16 Gastos por natureza

	2023	2022
Custo da geração de energia	(35.934)	(32.632)
Despesas gerais e administrativas	(1.298)	(1.093)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(116)	(66)
	(37.348)	(33.790)
Encargos de transmissão e conexão	(3.210)	(3.041)
Compra de energia	(1.860)	(1.789)
Liquidação financeira negativa – CCEE	(501)	(395)
Despesa com pessoal	(1.525)	(1.232)
Serviços de terceiros	(946)	(844)
Depreciação	(19.302)	(16.775)
Arrendamento	(204)	(83)
Manutenção	(9.060)	(8.767)
Materiais	(36)	(43)
Outras despesas administrativas	(531)	(599)
Viagens e estadias	(10)	(46)
Outros	(162)	(176)
	(37.348)	(33.790)

17 Resultado financeiro

	2023	2022
Despesas bancárias	(7)	(7)
IOF	-	(21)
Juros e multas de mora	(18)	(2)
Custo de estruturação da dívida	(6)	(5)
Outras despesas financeiras	(515)	(524)
Total das despesas financeiras	(546)	(560)
Receita de aplicação financeira	15.614	1.489
Juros recebidos	-	3
Total das receitas financeiras	15.614	1.492
Resultado financeiro líquido	15.068	932

18 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Regime de tributação pelo lucro presumido

	2023	2022
Receita com venda de energia (*)	65.689	62.566
Outras receitas	15.614	1.521
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	20.920	6.526
Base de cálculo CSLL 12% (*)	23.548	9.029
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	5.257	1.792
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	2.068	629
Imposto de renda e contribuição social correntes	7.325	2.420
<i>Taxa efetiva</i>	16,47%	15,56%
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	3	201

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências.

(**) O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento.

19 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço

pelo seu valor contábil nas rubricas de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas e fornecedores.

	2023		2022	
	Valor contábil Custo amortizado (*)	Valor justo Nível 2	Valor contábil Custo amortizado (*)	Valor justo Nível 2
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e bancos	172	-	846	-
Aplicações financeiras	-	229.486	-	31.839
Contas a receber de clientes	8.032	-	7.080	-
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	2.280	-	3.628	-
Partes relacionadas (nota 9)	8.388	-	6.425	-

- **Caixa e bancos:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.
- **Aplicações financeiras:** elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem mercado ativo:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

20 Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico.

Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia.

Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	<u>Valor contábil</u>	
	2023	2022
Aplicações financeiras	229.486	31.839
Contas a receber de clientes	8.032	7.080

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2023	2022
Fornecedores	2.280	3.628

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2023	2022
Ativo		
Aplicações financeiras	229.486	31.839

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Em 31 de dezembro de 2023

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	229.486	Redução do CDI (*)	20.051	13.368

(*) Os índices de CDI considerados foram de 11,65% a.a.

Em 31 de dezembro de 2022

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	31.839	Redução do CDI (*)	3.260	2.173

(*) Os índices de CDI considerados foram de 13,65% a.a.

* * *

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora

Zhigang Yao
Diretor

Pedro Paganni Lopes
Contador CRC PR – 077115/O-1